

## A "UNIVERSIDADE DE ENSINO" \*\*

*Sérgio Costa Ribeiro \**

“(...) A expressão integração do ensino e da pesquisa parece subentender que todo o ensino é integrado com a pesquisa. Ora, há ensino e há pesquisa, a integração só podendo efetuar-se no caso da escola pós-graduada, quando o estudante está em condições de se associar à pesquisa. Uma coisa é a de que o professor deve ensinar e pesquisar, ou melhor, o professor que se devota à pesquisa também ensine, e outra é julgar que todo ensino seja também pesquisa. É evidente que os métodos de ensino podem ser assimilados aos métodos de pesquisa, correspondendo isto a conduzir o estudante a adquirir o conhecimento já existente como se o tivesse de redescobrir. Por certo que, deste modo, se familiariza o estudante com os métodos de pesquisa, mas nem por isto se pode dizer que ele esteja fazendo pesquisa.

Ambos os decretos-leis sobre a reestruturação da Universidade trazem essa confusão entre ensino e pesquisa, levando à identificação de ambas as funções da Universidade. Em rigor, pode-se conceber uma Universidade que não faça pesquisa, o que não é permissível é a Universidade que não ensine. As duas atividades são diferentes, sendo desejável que o ensino se faça como preparação para a pesquisa, daí a conveniência de ser o método de ensino o da redescoberta do conhecimento. Depois de adquirir o conhecimento existente, é que o professor ou o estudante se torna capaz de utilizar esse conhecimento existente para pesquisar o novo conhecimento. A pesquisa é uma atividade que se exerce normalmente na fase pós-graduada de estudos. A integração com o ensino é a de admitir como auxiliares ou estagiários de pesquisa estudantes dos cursos de graduação, que se revelem promissores para a pesquisa. Só nesses casos haverá uma possível simultaneidade relativa entre o ensino e a pesquisa. Será de desejar que a prática venha a corrigir essa confusão de

---

\* *Coordenador do Programa de Estudos em Política da Educação Superior da SESU/MEC.*

\*\* *Estudos e Debates (CRUB) 13, p. 147, 1987.*

conceitos entre ensino e pesquisa. Há professores que só ensinam e outros que ensinam e pesquisam ou que pesquisam e ensinam. A legislação brasileira deseja que todos sejam como estes últimos. Pode ser desejável, mas não creio seja sempre possível. (...)”

O trecho acima, retirado do pronunciamento do saudoso Prof. Anísio Teixeira diante de uma CPI da Câmara dos Deputados em 8 de maio de 1986, antes, portanto, da promulgação da Lei 5540/68, dá a dimensão correta da confusão reinante até hoje sobre a relação entre o ensino e a pesquisa em nosso sistema de educação superior.

Para entendermos o que se passa (e se passou) no Brasil em relação ao tema, temos que recontar, ainda que muito sucinta e simplificada, a história e a evolução de nosso Ensino Superior, no contexto da evolução ocorrida na civilização ocidental desde a Idade Média.

A Universidade medieval surgida nos séculos XI e XII unificou o pensamento humano da época e atinge seu apogeu no século XVI. Enfrenta a Renascença e a Reforma com um isolacionismo e conservadorismo que levam praticamente ao seu fechamento no século XVIII, a Revolução Francesa fecha a Universidade de Paris enquanto na Inglaterra suas Universidades foram praticamente abandonadas. Essa Universidade não faz ciência. A explosão do pensamento científico se dá a partir do século XVI fora dessa Universidade (Newton, Halley nunca a freqüentaram). Essa Universidade surgida como uma corporação de professores e estudantes, uma grande novidade na época, realiza um importante trabalho ao juntar a Teologia e a Filosofia. É a Universidade enciclopédica onde se tenta repassar ao estudante o conhecimento de sua época e do passado.

Um novo modelo de Universidade vem surgir no início do século XIX, na Alemanha, é a Universidade de Humboldt. É a Universidade da busca da verdade científica, da invenção e da pesquisa, não a Universidade do comentário sobre o conhecimento, do comentário sobre a “verdade” existente. Da Universidade voltada para o passado surge a Universidade voltada para o conhecimento novo, para a pesquisa.

O sucesso desta Universidade de Humboldt caminha pela Holanda chega à Inglaterra e daí luta na América do Norte contra a velha Universidade medieval, vence e se moderniza, se torna parcialmente utilitária, parcialmente profissionalizante.

Por diversas razões, entre as quais a mentalidade da contra-reforma e da inquisição, essa Universidade não atravessa os Pirineus, não chegou à Península Ibérica e muito menos a Portugal. No Brasil Colônia interessa a escola da elite, da nobreza, ou a escola profissionalizante napoleônica adaptada politicamente à vida desta colônia sul-americana.

A resistência à implantação da Universidade no Brasil se dá em oposi-

ção à Universidade medieval na virada do século XX quando se prega a necessidade de profissionalização especializada. Esta postura, esta visão de ensino superior ignora o fenômeno da Universidade Alemã ocorrida quase um século antes!

Só a partir da década de 20 formam-se as primeiras “Universidades” pela aglomeração administrativa de algumas escolas profissionalizantes. Mesmo as tentativas de reunir os estudos básicos, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que deveriam lecionar as bases dos cursos profissionalizantes não consegue vencer o poder das Faculdades de Medicina e Direito e ficam transformadas em escolas profissionalizantes para o magistério secundário.

É somente na década de 50, com a criação do CNPq e da CAPES, que começa a aparecer realmente a pesquisa na Universidade brasileira, mas é ainda uma pesquisa não institucionalizada, o apoio governamental é ao estudante, ao professor, não à instituição. Só em meados da década de 60 começam a aparecer os primeiros programas de pós-graduação “modernos”, onde realmente podemos dizer que o *lemenfreiheit und lehrenfreiheit* da Universidade de Humboldt chegam finalmente ao Brasil, mas com 150 anos de atraso!

A reforma de 1968, ao introduzir em um dos artigos da Lei 5.540/68 a “indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa”, tenta forçar, por via legislativa, a universalização para todo o sistema de Ensino Superior do País das idéias “modernas” do início do século XIX!

Simultaneamente ocorria o movimento e a pressão para a expansão do sistema, que de forma avassaladora decuplica em poucos anos o número de matrículas no Ensino Superior. Ao arrepio da própria Lei 5.540/68 esta expansão não se dá na Universidade e sim em instituições isoladas particulares e que na sua grande maioria não são a Universidade de Humboldt, nem a escola profissional napoleônica e sim a “Universidade” medieval no século XV maquiada por uma pseudo-pedagogia tecnologizada.

Ao concentrar suas especializações na área chamada de humanas essa “Universidade medieval” é mais barata, mais enganadora, mais estelionatária e mais inútil.

E nas Universidades federais o que ocorre?

Por um lado surgem os programas de pós-graduação e a pesquisa (hoje são mais de 1000) praticamente em todas as áreas do conhecimento o que é bom, mas a Universidade do conhecimento que se tenta montar não chega à graduação. Encastelados em seus programas de pós-graduação e pesquisa nossos cientistas humboldtianos não descem à graduação. Às vezes até fisicamente estão em prédios diferentes, em pouquíssimas há uma integração graduação-pós-graduação ao nível docente. Os cursos de graduação não pertencem, na sua maioria, à Universidade de ensino e pesquisa. A iniciação à pesquisa atinge apenas 10% do corpo discente. A pedagogia da redescoberta da qual nos falava Anísio

Teixeira e que formava grupos de “pesquisa” nas áreas básicas (Física, Matemática, Biologia) através de projetos de ensino nas décadas de 50 e 60 foram, em sua grande maioria, desmantelados em nome da pesquisa do desconhecido, da pesquisa científica internacional.

A graduação ou é a Universidade medieval ou a escola napoleônica, mas quase nunca a Universidade de ensino e pesquisa.

Na pedagogia da redescoberta a Universidade de graduação é uma biblioteca e um laboratório, nossa Universidade não tem nem uma coisa nem outra e quando as tem, mesmo que modestamente, não as usa. Na nossa graduação o ensinar a aprender não existe na prática, é a reprodução comentada do conhecimento passado que predomina, formando profissionais já obsoletos, com raras chances de acompanhar o desenvolvimento do conhecimento humano. Como tudo (ou quase tudo) é feito na sala de aula com cuspe e giz e a biblioteca é a famigerada apostila e como o conhecimento cresce exponencialmente, há que especializar cada vez mais e mais cedo e aumentar a carga horária de alunos e professores.

A leitura da “indissociabilidade” é feita ao nível do indivíduo e não da instituição. Todos têm que ser pesquisadores que também ensinam. A pedagogia da redescoberta é uma atividade menor, não tem nem apoio interno, nem governamental.

Na impossibilidade de criar, por via legislativa, um pesquisador de fronteira em cada docente, vive-se uma mentirinha. Fabricam-se projetos de pesquisa que não existem ou nunca serão feitos para justificar um tempo integral e uma dedicação exclusiva que não passam de uma complementação salarial para compensar a política de compressão salarial do governo. Na possibilidade de promover com a rapidez desejada o corpo docente, criam-se os “trens da alegria” da livre-docência para aqueles que não conseguiram realizar o doutoramento. Problema resolvido com o Decreto nº 85.467/80 que incorporou, sem avaliação alguma, colaboradores que, em alguns casos, acabavam de ser aprovados em concursos públicos. Promove-se, agora, o docente por simples antiguidade.

Neste mundo do faz de conta é bom restabelecer, pelo menos, o contato com a realidade. O projeto do GERES reconhece a inviabilidade de criar a Universidade “indissociável” por via legislativa, mas introduz um mecanismo que, talvez, possa, a médio prazo, incentivar a Universidade de Ensino e Pesquisa a autonomamente criar seus mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da “Universidade de Ensino” (entre aspas pela pobreza da terminologia existente) onde o ensino passa a ser considerado como uma atividade mais importante, mais do ensinar a aprender pela redescoberta e menos a reprodução comentada do conhecimento já existente. Esse mecanismo é a incorporação, no projeto, da decisão administrativa de promover a avaliação *inter-pares*, em

caráter permanente, da graduação no sistema de Ensino Superior.

Se esta avaliação for assumida pela comunidade acadêmica competente, onde na qualidade do ensino esteja incorporada a pedagogia “moderna” do ensinar a aprender e aprender redescobrimdo, teremos criado um incentivo na direção correta.